



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 093/2024 – NUREC

Brasília – DF, 24 de maio de 2024.

Processo nº: 10712/2010-e

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Ementa: Tomada de Contas Especial – TCE. Verificação de possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 02/2000 – SEL/DF x Federação Metropolitana de Futebol. **Decisão nº 5761/2012.** Conhecimento e procedência das defesas apresentadas pelos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães. Julgamento da TCE pela regularidade, com ressalva, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994. **Decisão nº 6687/2012.** Conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo MPjTCDF, em face da Decisão nº 5761/2012. **Decisão nº 1729/2015.** Provimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo MPjTCDF, para fins de reformar o item II da Decisão nº 5761/2012 e o Acórdão nº 340/2012. **Decisão nº 4993/2015.** Conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães, contra a Decisão nº 1729/2015. Conhecimento, com fundamento no princípio da fungibilidade, do recurso como pedido de prorrogação de prazo para recurso, oportunizando aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães prazo para manifestação. **Decisão da Presidência nº 106/2015 – P/AT.** Conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os termos da Decisão nº 1729/2015. **Decisão nº 1703/2017.** Negativa de provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos em face da Decisão nº 1729/2015. Concessão de prazo aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e à Federação Brasileira de Futebol para, de forma solidária, procederem ao recolhimento do débito no valor de R\$ 278.693,24, atualizado em outubro/2016. **Decisão nº 2228/2018.** Julgamento pela irregularidade das contas dos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e da Federação Brasileira de Futebol, com fundamento no art. 17, III, “c”, da LC nº 1/1994. Notificação dos responsáveis para que efetuem e comprovem o recolhimento do débito, no valor



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

de R\$ 305.094,86 (atualizado até 16.04.18). Aprovação, expedição e publicação do Acórdão nº 129/2018. **Decisão nº 4859/2018**. Conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **Decisão nº 178/2020**. Negativa de provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **Decisão nº 3604/2020**. Conhecimento do envio das documentações necessárias ao MPJTCDF e à PGDF, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol, pela Decisão nº 2228/2018 e pelo Acórdão nº 129/2018. **Decisão nº 1195/2021**. Conhecimento, como petição, da documentação apresentada pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para, no mérito, negar-lhe provimento. **Decisão nº 438/2023**. Conhecimento, sem efeito suspensivo, do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os itens II e III da Decisão nº 2228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **Nesta fase**. Ocorrência da prescrição de ressarcimento ao erário (Decisões Normativas nºs 5/2021 e 1/2024). Mérito. Pelo provimento.

Senhor Diretor,

Retorna a esta unidade técnica o processo que trata da Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar possíveis irregularidades constatadas na prestação de contas do Convênio nº 02/2000, referente ao repasse de recursos pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF à Federação Brasiliense de Futebol, no valor original de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2. Em face do adiantado estágio destes autos, registra-se que, após a apresentação de defesa dos responsáveis (Decisão nº 5761/2012; Peça 39¹), o provimento do recurso ministerial acerca do mérito desta TCE² (Decisão nº 1729/2015;

¹ O Tribunal (...)decidiu: I. tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães para, no mérito, considerá-las procedentes; II. julgar, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, regulares, com ressalva, as contas especiais em apreço, na forma do acórdão apresentado pelo Relator; (...).

² Na ocasião, o MPJTCDF recorreu “contra os termos da Decisão nº 5761/2012, por meio da qual o e. Tribunal considerou procedentes as defesas apresentadas e julgou regulares com ressalvas estas contas especiais, confrontando-se o teor do recurso com as contrarrazões oferecidas pelos Srs. Weber



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Peça 82³) e o desprovimento dos recursos interpostos pelos responsabilizados no feito (Decisão nº 1703/2017; Peça 134⁴), as contas em questão foram julgadas irregulares, com fundamento no artigo 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 1/1994, com imputação de débito, no valor de R\$ 305.094,86, atualizado até 16/04/18 (Decisão nº 2228/2018; Peça 151⁵).

3. Posteriormente, o recurso interposto contra a Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) teve o provimento negado pela Corte (Decisão nº 178/2020; Peça 189⁶), resultando na Decisão nº 3604/2020 (Peça 215⁷), que noticiou o envio das documentações necessárias ao Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF e à

de Azevedo Magalhães (...) e Herbert William de Oliveira Felix (...) e da Federação Brasileira de Futebol (...)” – Parecer nº 187/2015 – GPMF (Peça 76).

³ O Tribunal (...) decidiu: (...) II – dar provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 166/175, com vista a reformar o item II da Decisão Nº5.761/2012 e o Acórdão Nº340/2012, adotando as propostas dos itens III e IV consignadas pelo Parquet às fls. 175; (...).

⁴ O Tribunal (...) decidiu: I – no mérito, negar provimento aos Recursos de Reconsideração de fls. 357-377 e 404-414, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão Nº1.729/2015; II – em consequência, conceder aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e à Federação Brasileira de Futebol novo prazo de 30 dias para que, de forma solidária, procedam ao recolhimento do débito que lhes fora atribuído no processo em exame, no valor de R\$ 278.693,24, atualizado em outubro/2016, fl. 430, a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC nº 435/2001 e da Emenda Regimental nº 13/2003, em razão das irregularidades constatadas na Prestação de Contas do Convênio nº 02/2000; (...).

⁵ O Tribunal (...) decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação 76/2018 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 467/469); b) do Parecer Nº396/2018-G3P (fls. 470/471); II – julgar irregulares as contas dos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e da Federação Brasileira de Futebol, no que tange ao objeto da TCE em exame, em consonância com o disposto no artigo 17, inciso III, alínea “c”, da LC Nº01/1994; III – determinar, com base no art. 26 da LC Nº01/1994, a notificação dos responsáveis mencionados no item II para que, em 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito, no valor de R\$ 305.094,86 (atualizado até 16.04.18), autorizando, desde já, a aplicação do disposto no artigo. 29 da LC Nº01/1994; IV – dar conhecimento desta decisão aos interessados; V – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VI – autorizar: a) a devolução dos Apensos nºs 220.000.233/2000 e 220.000.492/2000 à Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do DF; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

⁶ O Tribunal (...) decidiu: (...) II – no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2228/2018 (fl. 478) e o Acórdão nº 129/2018 (fl. 479), restabelecendo seus efeitos; (...).

⁷ O Tribunal (...) decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício Nº404/2020-SECONT/GAB (e-DOC E32716FA-c), da Secretaria de Contas/TCDF, noticiando o envio das documentações necessárias ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães, e à Federação Brasileira de Futebol, pela Decisão Nº2.228/2018 e Acórdão Nº129/2018; b) do Ofício Nº305/2020-MPC/PG (e-DOC 3F0408CD-e), do Ministério Público junto a esta Corte, noticiando o envio das documentações necessárias à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães, e à Federação Brasileira de Futebol, pela Decisão Nº2.228/2018 e Acórdão Nº129/2018; c) dos demais documentos carreados ao feito, de peças 199 a 204; d) da Informação Nº172/2020-SECONT/2ª DICONTE (e-DOC D3CDD92D-e); e) do Parecer Nº662/2020-G3P (e-DOC A667099F-e); (...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Senhores Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol.

4. Em sequência, conforme Decisão nº 1195/2021 (Peça 238⁸), foi indeferida a solicitação de sobrestamento deste processo até o deslinde do de nº 32351/2017-e, manifestada pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix.

5. Feito esse breve resumo, assinala-se que o objeto desta informação se circunscreve à análise do Recurso de Revisão (Peças 248/255) interposto pelo Senhor Herbert William de Oliveira Félix contra os itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) e o Acórdão nº 129/2018 (Peça 152), conhecido pela Decisão nº 438/2023 (Peça 259⁹), sem atribuição de efeito suspensivo.

Recurso de Revisão Interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255)

6. O Recorrente, atualmente aposentado, reitera que *“jamais teve a intenção de ferir, ignorar ou burlar qualquer norma legal ou qualquer procedimento administrativo, seja em interesse próprio ou de outrem, devendo, para tanto, ser considerada a conduta ilibada de muitos anos prestados ao serviço público”*.

7. Acerca das **“supostas irregularidades apontadas em tomada de contas especial que analisou recursos financeiros repassados pela então Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal à Federação Brasiliense de Futebol e seus responsáveis”**, relacionadas **“à Prestação de Contas do Convênio nº 2/2000, firmado entre a então Secretaria de Estado de Esportes e Lazer e a Federação Brasiliense de Futebol, no dia 26 de outubro de 2000, para a realização do IV Campeonato de Futebol Profissional da Divisão de Acesso do Distrito Federal e Categorias Amadoras ou de Base”**, o Recorrente salienta que **“passou a integrar o rol de responsáveis por suposta impropriedade somente porque, em 31 de março de 2006, aprovou a prestação de contas e atestou que os recursos transferidos à Federação Metropolitana de Futebol tiveram boa e regular aplicação. De se destacar que a aprovação só se deu depois do trabalho técnico da Assessoria de**

⁸ O Tribunal (...) decidiu: I – tomar conhecimento: a) das documentações apresentadas pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (e-DOCs F819E7F8-c e A7D704B7-c), como petições, por força do art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, para, no mérito, negar-lhes provimento; b) da Informação Nº271/2020- SECONT/2ª DICONTE (e-DOC 5CC40D03-e); c) do Parecer Nº902/2020 – G3P (e-DOC 76C93C4E-e); II – dar ciência desta decisão ao interessado; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para fins de arquivamento.

⁹ O Tribunal (...) decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 023/2023 – NUREC (peça 256); b) do recurso de revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (peça 152), sem efeito suspensivo, de acordo com o que dispõe o caput do art. 288 do RI/TCDF; II – autorizar: a) a ciência desta decisão ao recorrente, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos, para análise de mérito da peça recursal e, para adoção das demais providências cabíveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, que analisou as contas do referido convênio”.

8. Assim, “em 31 de março de 2006, ao aprovar a prestação de contas COM FUNDAMENTO no documento da Assessoria Especial de prestação de contas da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer do Distrito Federal (...), **encaminhou os autos ao Departamento-Geral de Contabilidade da Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal** (...). Em resposta, a Gerência de Tomada de Contas da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda, **em 31 de maio de 2006**, informou, por intermédio do Ofício de nº 587/2006-GETOC, a aprovação das contas do referido convênio”.

9. Mais, “sobre o referido convênio, a Gerência de Tomada de Contas da Subsecretaria de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda” manifestou-se pela aprovação. “Ainda assim, na seara do TCDF, **conforme a Decisão nº 2.228/2018, em maio de 2018 (DOZE ANOS DEPOIS)**, o (Recorrente) teve suas contas julgadas irregulares, bem como foi a ele imputado o recolhimento solidário do débito no importe de R\$ 305.094,86 (...). De acordo com os autos, considerando o não recolhimento do citado débito por nenhuma das partes envolvidas, a Secretaria de Contas encaminhou ofício ao Ministério Público de Contas, com vistas à cobrança judicial da dívida, que já adotou as providências para cobrança executiva e, portanto, encaminhou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal as decisões de nº 2.228/2018 e a de nº 178/2020, bem como o Acórdão de nº 129/2018; todos para a finalidade de execução”.

10. Nesse compasso, “o (Recorrente) teve seu nome protestado junto aos serviços de proteção ao crédito e está sendo executado (...) injustamente; seja pela ausência de análise e de consideração do princípio da segregação de funções (que evidencia que não foi o Recorrente) isoladamente que aprovou a prestação de contas, uma vez que se baseou em análise técnica de unidade competente) e devido ao fato novo (Decisão Normativa de nº 5/2021), que estabelece a prescrição no prazo de cinco anos ‘da data final para a prestação de contas, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio’. O intento é desconstituir o ‘título’ (decisão e acórdão que originaram o título que está em execução), e consequentemente as supostas irregularidades atribuídas ao (Recorrente), com fundamento na Decisão Normativa de nº 5/2021, o que fará com que perca a certeza e a exigibilidade”.

11. O Recorrente “explicita sua pretensão: **desconstituir o título executivo** (oriundo das decisões de nº 2.228/2018 e a de nº 178/2020, bem como o Acórdão de nº 129/2018) **seja pela prescrição, seja pela revisão da decisão no âmbito do Tribunal de Contas do DF**, que deveria ter considerado o princípio da **segregação** de funções, situação que afasta a responsabilidade (...) de qualquer eventual ilegalidade, bem como o contexto do processo, no qual (...) **não adotou nenhum ato decisório: não é signatário do convênio, não autorizou o convênio; não autorizou o pagamento; não fez o pagamento; e, tão somente, aprovou as contas (chancelada pela Secretaria de Fazenda) com fundamento em análise da Assessoria Especial de prestação de contas**”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

12. Isso porque “a instrução é de responsabilidade de uma equipe técnica! A tramitação processual ou administrativa segue fases distintas envolvendo vários agentes, bem como setores distintos de um Órgão, a fim garantir a legitimidade dos atos praticados de forma que estes não fiquem eivados de vícios ou impropriedades, a fim de assegurar a observância ao princípio da segregação de funções. No processo existem fases distintas: elaboração do projeto básico, aprovação, autorização, execução, funções de contabilização, pagamento, aprovação da prestação de contas (feita por servidor distinto ou unidade específica). O (Recorrente) aprovou com fundamento da análise de manifesto feito por área técnica. Não poderia, nem tinha atribuições para rever os atos, sob pena de ofensa ao princípio da segregação de funções. Ainda assim, cumpriu as determinações do Decreto nº 16.098/1994, então vigente, e encaminhou ao Departamento-Geral de Contabilidade da Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (...) que, por sua vez, aprovou a prestação de contas em questão. Portanto, não cometeu nenhuma insanidade ou erro crasso ao aprovar as contas, pois tal entendimento foi cancelado por unidade específica para prestação de contas no âmbito de outra secretaria. Há razoabilidade na aprovação”.

13. Então, “injusto é ser solidário por valores de supostas irregularidades não cometidas pelo (Recorrente), tampouco houve comprovação de prejuízo ao Erário, tanto que houve, num primeiro momento, manifesto favorável dos Conselheiros Anilcéia Machado, Paiva Martins e Paulo Tadeu (...)”.

14. Considerado o princípio da segregação de funções, entende-se “facilmente que **(o Recorrente) não participou de procedimentos de elaboração do contrato, muito menos da composição processual com a destinação dos recursos; tampouco foi o responsável por autorizar a liberação dos recursos.** Também não se vislumbra ofensa aos artigos 186 e 927 do Código Civil, sobretudo, pelo fato de que **os serviços contratados nos respectivos processos foram prestados, o que afasta prejuízo ao erário.** Ademais, não houve negligência ou imprudência, uma vez que o processo não foi instruído pelo (Recorrente) que, por sua vez, adotou as condutas legais subsequentes à prestação de contas que, por sinal, **foram aprovadas pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. Acrescenta-se, ainda: um dos pontos que o TCDF questiona é o fato de que as notas não estavam em nome dos clubes. Considerando que a maior parte do recurso foi empregada em pagamento de arbitragem, não é razoável que os clubes paguem pela arbitragem dos próprios jogos ou dos jogos dos adversários. É um raciocínio evidentemente equivocado.** Reitera-se: a prestação de contas em comento foi aprovada pela Gerência de Tomada de Contas – Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda, **em 31 de maio de 2006**”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

15. Em outro ponto, ao ressaltar o deslinde do Processo nº 32351/2017-e¹⁰ (Decisão nº 4314/2021¹¹), o Recorrente aponta o surgimento de “**UM FATO NOVO PARA AVALIAR SITUAÇÕES DE PRESCRIÇÃO, a DECISÃO NORMATIVA Nº 5/2021 (...), que dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal**”, motivo pelo qual devem ser observados “os seguintes fatos em ordem cronológica:

- Convênio nº 2/2000, firmado entre a então Secretaria de Estado de Esportes e Lazer e a Federação Brasileira de Futebol, **no dia 26 de outubro de 2000**;
- aprovação das contas do convênio em questão pela Assessoria de Prestação de Contas, conforme (...) Processo de nº 220.000.492/2000 (processo administrativo do Convênio 2/2000), pelo assessor especial de prestação de contas, Sr. Luiz Antônio de Oliveira, **em 4 de outubro de 2004** (...);
- envio, pelo próprio (Recorrente), **em 31 de março de 2006**, dos autos do Processo de nº 220.000.492/2000 (processo administrativo do Convênio 2/2000) **ao Departamento-Geral de Contabilidade da Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal** (...);
- resposta da Gerência de Tomada de Contas – Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda, **em 31 de maio de 2006 (SEIS ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO), informando**, por intermédio do Ofício de nº 587/2006-GETOC, **a aprovação das contas do referido convênio**, firmado entre a Secretaria de Esportes e a Federação Metropolitana de Futebol, e CONSIDERANDO REGULAR E APROVADA. Inclusive, com solicitação de arquivamento (...);
- **Decisão nº 1.244/2010 (...), DEZ ANOS DEPOIS**, proferida no **Processo nº 16.093/2007 (SETE ANOS DEPOIS)**, em que o Tribunal decidiu determinar a conversão em TCE, nos termos do Art. 46 da LC nº 1/1994, do assunto tratado no Processo nº 220.000.492/2000;
- **Decisão nº 2.228/2018, em maio de 2018 (DOZE ANOS DEPOIS)**, que julgou as contas do (Recorrente) como irregulares, **foi dada no PROCESSO de Nº 10.712/2010** (...); **ou seja, o processo que ocasionou a ‘condenação’ do (Recorrente) e gerou o título que está sendo executado foi aberto DEZ ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO**;

¹⁰ Estudos especiais sobre a implicação, no âmbito desta Corte, da decisão proferida pelo STF no RE 669.069/MG (Tema de Repercussão Geral Nº 666), acerca da incidência de prescrição em ação de reparação de danos à Fazenda Pública, decorrente de ilícito civil.

¹¹ O Tribunal (...) decidiu: (...) III. firmar entendimento que, com fulcro nos princípios que informam o sistema jurídico pátrio, especialmente o da segurança jurídica, o do devido processo legal e o da isonomia, bem como em consonância com recentes julgados do Supremo Tribunal Federal, as pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do TCDF obedecem às disposições da Lei Federal Nº9.873/1999, no que couber; IV. estabelecer que o entendimento consubstanciado no item precedente será aplicado, por este Tribunal, aos processos autuados a partir da data de publicação do decisum no órgão de imprensa oficial distrital, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, inciso I, e no art. 47 da Lei Complementar Nº01/1994; V. dar ciência desta decisão: a) à Segecex/TCDF, de modo a orientar as Secretarias de Controle Externo desta Corte, que deverão: i. aferir a ocorrência de situação prescricional em suas instruções, mesmo sem provocação, posto tratar-se de questão de ordem pública e que decorre de princípios constitucionais estruturantes; (...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

• além disso, (o) processo judicial data de 2021 (processo judicial de nº 0703208-90.2021.8.07.0018), e a Decisão Normativa de nº 5/2021 passou a vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, motivo pelo qual, considerando o teor da norma, o título executado precisa ser fulminado pela prescrição, uma vez que referida decisão normativa estabelece prescrição em 5 anos da data da prática do ato e da data final para a prestação de contas, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio;

• pelos termos do Convênio de nº 2/2000, Cláusula 10ª, alínea “F” (...), a prestação de contas deveria ter sido exigida no prazo de até 60 (sessenta) dias do repasse dos recursos”.

16. Por conseguinte, “fato é que, mesmo com os elementos para a prescrição (cinco anos), **após 6 anos**, a prestação de contas pertinente foi aprovada pela Secretaria de Fazenda (que confirmou que a aprovação do (Recorrente) foi razoável; logo, pertinente inferir que não continha irregularidades e não causou prejuízo ao Erário). **Reitera-se: o processo de tomada de contas especial do Tribunal só foi aberto em 2010, e a decisão condenatória é de 2018. Respectivamente, 10 e 18 anos do convênio assinado; e a condenação 12 anos depois de ter sido aprovada a prestação pela Secretaria de Fazenda (seis anos depois da assinatura do convênio).** TODAS AS DATAS ACIMA MENCIONADAS EXTRAPOLAM OS CINCO ANOS DO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO PELA DECISÃO NORMATIVA nº 5/2021, que passou a vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. Portanto, **o motivo que originou o título ora executado foi fulminado pela prescrição, devendo, o referido título ser desconstituído**”.

17. Desse modo, prossegue o Recorrente, “é inconteste o direito do recurso de revisão”, dado que “a Decisão Normativa nº 5/2021 é documento novo que tem o condão de produzir eficácia modificativa nas decisões ora contestadas, por força do instituto da prescrição”, ao que se acrescenta “o princípio da razoabilidade para alcançar a situação explícita de prescrição do caso em comento”.

18. De mais a mais, “deve ser considerado (...) o princípio da presunção de inocência, uma vez que ausentes provas incontestes de ação deliberada (omissiva ou comissiva) do (Recorrente) em prejudicar o Erário em quaisquer dos processos. Burlar legislação em favor de quem quer que seja nunca foi (de sua) índole”, não havendo “prova no processo do TCDF de que (...) tenha praticado nenhum ato delituoso no processo que originou o título ora contestado”.

19. No mérito, o Recorrente requer:

“a) seja aceito este recurso de revisão, com fundamento em FATO NOVO que é a Decisão Normativa de nº 5/2021, que dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal (e a procedência desta DEFESA, por se tratar da aplicação de JUSTIÇA, que essa Excelsa Corte de Contas do Distrito Federal tão bem defende);

b) seja este recurso de revisão, acolhido e considerado procedente, para enquadrar como PRESCRITO o ato responsável por impulsionar como irregulares as (suas contas) (...);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

c) considerando o teor da Decisão Normativa de nº 5/2021, seja acatado o pedido para não aplicar a pretensão punitiva e o ressarcimento ao erário, uma vez que **TODAS AS DATAS MENCIONADAS EXTRAPOLAM OS CINCO ANOS DO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO PELA REFERIDA DECISÃO NORMATIVA**, que passou a vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, vejamos:

- Convênio nº 2/2000, firmado entre a então Secretaria de Estado de Esportes e Lazer e a Federação Brasiliense de Futebol, **no dia 26 de outubro de 2000**;
- aprovação das contas do convênio em questão pela Assessoria de Prestação de Contas, conforme (...) Processo de nº 220.000.492/2000 (processo administrativo do Convênio 2/2000), pelo assessor especial de prestação de contas, Sr. Luiz Antônio de Oliveira, **em 4 de outubro de 2004** (...);
- envio, pelo próprio (Recorrente), **em 31 de março de 2006 (SEIS ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO)**, dos autos do Processo de nº 220.000.492/2000 (processo administrativo do Convênio 2/2000) **ao Departamento-Geral de Contabilidade da Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal** (...);
- resposta da Gerência de Tomada de Contas – Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda, **em 31 de maio de 2006 (SEIS ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO)**, informando, por intermédio do Ofício de nº 587/2006 - GETOC, **a aprovação das contas do referido convênio**, firmado entre a Secretaria de Esportes e a Federação Metropolitana de Futebol, e CONSIDERANDO REGULAR E APROVADA. Inclusive, com solicitação de arquivamento (...);
- **Decisão nº 1.244/2010 (...), DEZ ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO, proferida no Processo nº 16.093/2007 (SETE ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO)**, em que o Tribunal decidiu determinar a conversão em TCE, nos termos do Art. 46 da LC nº 1/1994, do assunto tratado no Processo nº 220.000.492/2000;
- **Decisão nº 2.228/2018, em maio de 2018 (DOZE ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO)**, que julgou as contas do (Recorrente) como irregulares, **foi dada no PROCESSO de nº 10.712/2010 (...); ou seja, o processo que ocasionou a ‘condenação’ do (Recorrente) e gerou o título que está sendo executado foi aberto DEZ ANOS DEPOIS DO CONVÊNIO**;
- além disso, **o processo judicial de nº 0703208- 90.2021.8.07.0018 data de 2021, e a Decisão Normativa de nº 5/2021 passou a vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, motivo pelo qual, considerando o teor da norma, o título executado precisa ser fulminado pela prescrição, uma vez que referida decisão normativa estabelece prescrição em 5 anos da data da prática do ato e da data final para a prestação de contas, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio**;
- pelos termos do Convênio de nº 2/2000, Cláusula 10ª, alínea ‘f’ (...), a prestação de contas deveria ter sido exigida no prazo de até 60 (sessenta) dias do repasse dos recursos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

(...)

*e) não acatando o pedido de prescrição, que seja acatado o pedido de revisão para reverter a acusação de contas irregulares elidindo o servidor HERBERT WILLIAM DE OLIVEIRA FÉLIX de quaisquer responsabilidades sobre eventuais ou supostas irregularidades ou prejuízos financeiros apontados contra sua pessoa e/ou cargo que ocupava, inclusive, débitos para com o Erário ou com terceiros, afastando-o da obrigação de ressarcir os cofres públicos, pois não houve cometimento de nenhum ilícito nem houve prejuízo ao Erário, uma vez que os serviços foram prestados e beneficiaram a comunidade brasiliense, além de não ter adotado nenhum ato decisório: **não é signatário do convênio, não autorizou o convênio; não autorizou o pagamento; não fez o pagamento; e, tão somente, aprovou as contas (chancelada pela Secretaria de Fazenda) com fundamento em análise da Assessoria Especial de prestação de contas;***

*f) **seja considerado o princípio da segregação de funções para afastar qualquer responsabilidade (do) Signatário** (uma vez que, reitera-se: não é signatário do convênio, não autorizou o convênio; não autorizou o pagamento; não fez o pagamento; e, tão somente, aprovou as contas – chancelada pela Secretaria de Fazenda – com fundamento em análise da Assessoria Especial de prestação de contas), o que evidencia a comprovação de regular utilização dos recursos sem prejuízo ao Erário e notadamente pelo princípio da presunção de legitimidade dos atos praticados dentro da mais fundamentada legalidade e do princípio da boa-fé”.*

Análise

20. Consoante Decisão nº 438/2023 (Peça 259), o Recurso de Revisão (Peças 248/255) interposto contra os itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) e o Acórdão nº 129/2018 (Peça 152) foi conhecido sem a atribuição de efeito suspensivo, em face do que dispõe o artigo 288, *caput*, do RI/TCDF¹².

21. Conforme atestado pela Informação nº 23/2023 – NUREC (Peça 256), “o recurso atende os requisitos (legais e regimentais aplicáveis à espécie), uma vez que é fundado na superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida”, caracterizado, neste caso, pelo advento da Decisão Normativa nº 5 de 15/12/2021¹³.

22. Nesse contexto, considerada a estreita via do Recurso de Revisão, e inobstante a argumentação deduzida pelo Recorrente, que tangencia os aspectos

¹² Art. 288. O recurso de revisão, sem efeito suspensivo, poderá ser interposto uma só vez e por escrito, pelo responsável, pelo interessado, pelos seus sucessores ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, e será fundado em: (...).

¹³ Dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal. (...) Considerando a necessidade de fixação de critérios e orientação aos jurisdicionados e às unidades técnicas do Tribunal sobre a aplicação do instituto da prescrição; (...) Art. 6º Esta Decisão Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-a aos processos autuados a partir dessa data, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1/1994.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

concernentes à “*superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida*”, tem-se que a presente análise se circunscreve à verificação, em concreto, da possível incidência do instituto da prescrição de ressarcimento ao erário, de acordo com os marcos temporais estabelecidos na DN nº 5/2021.

23. Há que se ponderar, ainda, o potencial impacto dessa averiguação no tocante à notícia do “*envio das documentações necessárias ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas (e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF), com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães, e à Federação Brasiliense de Futebol, pela Decisão nº 2.228/2018 e Acórdão nº 129/2018¹⁴*”, em conformidade com a Decisão nº 3604/2020 (Peça 215).

24. Dito isso, é consabido que o artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil, aqui aplicado subsidiariamente (artigo 298 do RI/TCDF¹⁵), prescreve que “*haverá resolução de mérito quando o juiz (...) decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição*”.

25. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal consagra o entendimento de que “*a prescrição é matéria de ordem pública e, por isso mesmo, pode ser declarada por qualquer juiz ou tribunal, independentemente de arguição do interessado¹⁶*”.

26. Sob o ponto de vista da atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, cumpre observar os termos da Decisão nº 4314, de 17/11/2021¹⁷ (e-doc E5DD2415;

¹⁴ Vide, a propósito, o trâmite do processo nº 0600-00003299/2020-38-e, relacionados ao ajuizamento da Ação de Execução de Título Extrajudicial em face da Federação Brasiliense de Futebol e dos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães.

¹⁵ Art. 298. Aplicam-se subsidiariamente no Tribunal as disposições das normas processuais em vigor, no que couber.

¹⁶ HC 87898; Órgão julgador: Segunda Turma; Relator: Min. Eros Grau; Julgamento: 04/04/2006; Publicação: 28/04/2006.

¹⁷ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da Informação nº 21/2021-ATE (e-DOC C0646D27-e); b) do Parecer nº 623/2021-G1P (e-DOC C5068E10-e); II. levantar o sobrestamento dos autos, determinado mediante o item II da Decisão nº 5.191/2020; III. firmar entendimento que, com fulcro nos princípios que informam o sistema jurídico pátrio, especialmente o da segurança jurídica, o do devido processo legal e o da isonomia, bem como em consonância com recentes julgados do Supremo Tribunal Federal, as pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do TCDF obedecem às disposições da Lei Federal nº 9.873/1999, no que couber; IV. estabelecer que o entendimento consubstanciado no item precedente será aplicado, por este Tribunal, aos processos autuados a partir da data de publicação do decisum no órgão de imprensa oficial distrital, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, inciso I, e no art. 47 da Lei Complementar nº 01/1994; V. dar ciência desta decisão: a) à Segecex/TCDF, de modo a orientar as Secretarias de Controle Externo desta Corte, que deverão: i. aferir a ocorrência de situação prescricional em suas instruções, mesmo sem provocação, posto tratar-se de questão de ordem pública e que decorre de princípios constitucionais estruturantes; ii. submeter ao Plenário, em cada caso, proposta de envio de documentações alusivas às fiscalizações da Corte ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, a título de cooperação institucional, sempre que houver indícios da prática de ato de improbidade administrativa com atuação dolosa por parte dos responsáveis, considerando que, nesses casos, as ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis (Tema 897 de Repercussão Geral); b) ao Governador do Distrito Federal; c)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

Processo nº 32.351/2017-e), na qual foi firmado o “*entendimento que, com fulcro nos princípios que informam o sistema jurídico pátrio, especialmente o da segurança jurídica, o do devido processo legal e o da isonomia, bem como em consonância com recentes julgados do Supremo Tribunal Federal, as pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do TCDF obedecem às disposições da Lei Federal nº 9.873/1999, no que couber*” (item III).

27. De acordo com o item IV da referida Decisão nº 4314/2021 (e-doc E5DD2415), o entendimento ora firmado pelo Tribunal “*será aplicado (...) aos processos autuados a partir da data de publicação do decisum no órgão de imprensa oficial distrital, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, inciso I, e no art. 47 da Lei Complementar nº 01/1994*”.

28. Daí a edição da DN nº 5/2021, cujo artigo 6º determina sua aplicação “*aos processos autuados a partir dessa data, bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1/1994*”.

29. Embora o inciso III do artigo 33 da LC nº 1/1994, que trata da hipótese de recurso de revisão, não conste da parte final do artigo 6º da Decisão Normativa nº 5/2021, neste caso, aplica-se a locução “*bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito*”.

30. Do ponto de vista das regras processuais, uma vez conhecido o recurso de revisão, segue-se seu exame de mérito, ainda que desprovido de efeito suspensivo.

31. Assim, conclui-se que o pedido recursal demanda a análise da prescrição de ressarcimento ao erário, não sendo aplicável ao caso a restrição, ou limitação, contida na parte final do artigo 6º da DN nº 5/2021.

à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF; d) a todos os órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal, determinando que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhem a esta Corte relação de todas as tomadas de contas especiais em tramitação em cada unidade, indicando, para cada TCE, a data de ocorrência do fato, a data da instauração e a data provável de envio ao TCDF, de forma a subsidiar o melhor planejamento deste Tribunal para o julgamento das respectivas tomadas de contas; VI. autorizar: a) a Presidência do TCDF a adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI/TCDF, para promover a adequação do sistema de controle processual do Tribunal, para que possibilite a automatização da contagem dos prazos prescricionais, permitindo, ainda, a extração de relatórios gerenciais a esse respeito e a emissão de alertas quando da proximidade de seus termos finais, dentre outras funcionalidades que entender pertinentes; b) a Segecex/TCDF a elaborar, com a urgência que o caso requer, **proposta de decisão normativa** tendente a detalhar a aplicação, no âmbito desta Corte, do entendimento fixado no item III retro, contemplando, entre outros aspectos pertinentes, situações relativas à contagem, à interrupção e à suspensão do prazo prescricional nos processos de controle externo; c) a constituição de autos específicos para acompanhar o efetivo cumprimento da diligência inserta no item V.d, retro; d) o retorno dos autos à Segecex/TCDF, para a adoção das medidas cabíveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

32. Em reforço, invoca-se o precedente do Processo nº 29698/2011-e¹⁸ (Decisão nº 2445/2022¹⁹), no qual o Voto - GCMA (edoc 0748AF11) destacou a conclusão constante da Informação nº 31/2022 - NUREC (edoc A408C194), *“sugerindo ao Plenário o acolhimento da preliminar de prescrição intercorrente da pretensão punitiva, (...) face as disposições do inciso I do art. 1º da Decisão Normativa nº 05/2021”*, observando, ao ensejo, naquele específico caso, *“que a preliminar de prescrição intercorrente da pretensão punitiva (...) se enquadrada na previsão contida no inciso I do art. 1º da Decisão Normativa nº 05/2021”*.

33. De toda a maneira, a recente edição da Decisão Normativa nº 1/2024²⁰, que alterou a Decisão Normativa nº 5/2021, regulou, expressamente, o instituto da prescrição intercorrente, no âmbito do TCDF, com a introdução de outros marcos temporais interruptivos e suspensivos.

34. No caso destes autos, a preliminar de prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, ora suscitada pelo Recorrente, poder ser enquadrada na previsão contida no inciso IV do artigo 1º da DN nº 5/2021, já alterado pela DN nº 1/2024, que fixa como início da contagem do prazo prescricional a *“data final para a prestação de contas ou da data de sua apresentação, se intempestiva”*.

35. Vê-se, ainda, que a DN nº 5/2021 considera *“as disposições da Lei Federal nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, no que couber”*, na forma delineada em seu artigo 3º-A²¹, já consideradas as alterações procedidas pela DN nº 1/2024.

¹⁸ : Inspeção realizada nos Contratos nºs 17 e 49/2011, celebrados entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária CIAL Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., para prestação de serviços especializados de preparo, fornecimento e distribuição de alimentação para clientela hospitalar, respectivos acompanhantes legalmente instituídos e servidores e funcionários do Hospital Regional de Santa Maria - HRSM.

¹⁹ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das Informações nºs 134/2021 – NUREC e 031/2022 - NUREC; II – **acolher a preliminar de prescrição intercorrente da pretensão punitiva**, suscitada pelo contrarrazoante, mantendo inalterada a Decisão nº 1695/2013; III – considerar não acolhida a preliminar e, no mérito, negar provimento ao **Pedido de Revisão** interposto em face da Decisão nº 1.695/2013; IV – autorizar: a) o conhecimento do teor desta decisão: 1) ao Sr. Rafael de Aguiar Barbosa; 2) ao Ministério Público que atua junto ao Tribunal – MPJTCDF; 3) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF; 4) à empresa Cial – Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.; b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização das Áreas de Sociais e Segurança Pública – SEASP, para fins de arquivamento. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento do Parecer nº 316/2022–G4P/ML, do Ministério Público junto à Corte, no que foi acompanhado pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL

²⁰ Altera a Decisão Normativa nº 5/21, que dispõe sobre a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

²¹ Art. 3º-A. Incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho. § 1º O marco inicial da fluência da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição principal. § 2º A prescrição intercorrente interrompe-se por qualquer ato que evidencie o andamento regular do processo, tais como: I – a instrução realizada pela unidade técnica, assim como o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal; II – a movimentação processual prevista no regulamento de tramitação de processos no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e a movimentação entre setores da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

36. Neste caso, o Convênio nº 02/2000, firmado em 26/10/2000²², com vigência até 10/12/2000²³, previu o prazo de 60 (sessenta) dias após o repasse dos recursos para a apresentação da prestação de contas final, o que veio a ocorrer apenas em 27/02/2004²⁴, sendo esse, portanto, o início da contagem do prazo prescricional.

37. Em sequência à aprovação do Relatório da Prestação de Contas Final do Convênio nº 02/2000, pela Gerência de Tomada de Contas da Subsecretaria de Finanças da SEF/DF, em 31/05/2006²⁵, vieram as determinações plenárias à CGDF de realização de auditoria individualizada do Processo nº 220.000.492/2000 (Decisão nº 3139/2004, publicada no DODF de 21/07/2004; edoc 5496E779; Processo nº 2663/2000²⁶) e de conversão do procedimento em TCE (Decisão nº 1244/2010, publicada no DODF de 15/04/2010; edoc 29296139; Processo nº 16093/2007²⁷), ocorrências essas que materializam, num primeiro instante, as causas interruptivas do prazo prescricional referidas nos artigos 2º, inciso II, e 2º-A, incisos VII e VIII, da DN nº 5/2021, com as alterações procedidas pela DN nº 1/2024.

38. De pronto, é possível constatar o decurso de lapso temporal superior a 5 (cinco) anos, entre a data de início da contagem do prazo prescricional (27/02/2004) e a determinação de conversão do feito em TCE (15/04/2010).

39. Note-se que as datas de aprovação do Relatório da Prestação de Contas Final do Convênio nº 02/2000, procedida pela Gerência de Tomada de Contas da SEF/DF (31/05/2006), e da Nota Técnica nº 407/2008 - GERES/DAS/CONT²⁸

unidade técnica que objetive a instrução do processo; III – o ato da autoridade competente que inclua o processo em pauta; IV – a retirada do processo da pauta de julgamento em atendimento a pedido apresentado pelo responsável ou interessado; V – as decisões decorrentes de pedido de vista, regulado pelo art. 98 do Regimento Interno, e de adiamento da discussão da matéria, com base no art. 99 da mesma norma. § 3º As causas interruptivas e suspensivas da prescrição principal também interrompem ou suspendem a prescrição intercorrente, conforme o caso. § 4º Não interrompem a prescrição intercorrente o pedido e a concessão de vista ou cópia dos autos a interessados ou responsáveis, a emissão de certidões, a prestação de informações, a juntada de procuração ou substabelecimento e outros atos que não interfiram de modo relevante no curso das apurações.

²² Apenso nº 220.000.492/2000 (fls. 37/40 e 111).

²³ Apenso nº 220.000.492/2000 (fl. 2).

²⁴ Apenso nº 220.000.492/2000 (fl. 39) - Convênio nº 2/2000, Cláusula Décima, alínea "f": "A FEDERAÇÃO BRASILENSE DE FUTEBOL fica responsável pelos seguintes atos: (...) f) Prestar contas dos recursos recebidos à Secretaria de Esportes e Lazer até 60 (sessenta) dias do repasse dos recursos". Conforme se vê às fls. 35 e 41, o prazo para entrega da prestação de contas só veio a ser cumprido em 27/02/2004.

²⁵ Apenso nº 220.000.492/2000 (fl. 114).

²⁶ Inspeção levada a efeito pela 2ª Inspeção de Controle Externo tendo por fim examinar a regularidade da execução de despesas realizadas pela então Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude no exercício de 2000.

²⁷ Auditoria realizada pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal em obediência à Decisão nº 2663/00, com o fim de averiguar a regularidade da execução de despesas realizadas pela então Secretaria de Estado de Esportes e Valorização da Juventude no exercício de 2000.

²⁸ Apenso nº 220000233/2000 (fls. 40/77).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

(13/05/2008), conclusiva pela legalidade da aplicação dos recursos objeto dos processos relacionados na Decisão nº 3139/2004 (edoc 5496E779; Processo nº 2663/2000), não configuram, rigorosamente, causas interruptivas do prazo prescricional.

40. Isso em razão da discordância, por duas vezes manifestada pelo TCDF²⁹, a respeito da conclusão pela regularidade da prestação de contas do Convênio nº 02/2000, à época apresentada pela Administração do DF.

41. Assim sendo, as apurações administrativas inicialmente procedidas não constituem o ato inequívoco a que se refere o artigo 2º-A, incisos VII e VIII, da DN nº 5/2021, com as alterações procedidas pela DN nº 1/2024.

42. Em sentido contrário, ter-se-ia que concordar, na contramão do que entendeu o Tribunal, com o acerto dos procedimentos deflagrados pela Administração do DF, que, inicialmente, indicaram a regularidade das despesas incorridas a título do Convênio nº 02/2000.

43. Em decorrência, do ponto de vista desta unidade técnica, as datas de 31/05/2006 e 13/05/2008 não são passíveis de serem interpretadas como “ato inequívoco que importe apuração do fato”, na forma cogitada pelo artigo 2º, inciso II, da DN nº 5/2021.

²⁹ Vide, a respeito, o Voto – GAPM (edoc C584D55C; Processo nº 2663/2000): “(...) Nos demais processos, basicamente, os recursos foram repassados à Federação Metropolitana de Futebol para diversas finalidades a cargo daquela entidade (...). Em se tratando de recursos públicos, quem quer que os utilize ... deve prestar contas (...), desse modo, há que se examinar, primordialmente, se houve prestação de contas e, em as havendo, se estão conforme o plano de aplicação constante do convênio. Mesmo que o convênio tenha sido irregular é preciso perquirir se os gastos atingiram ou não finalidades públicas. Temos, pois, que separar a irregularidade da transferência (que se deu ao arrepio das normas orçamentárias e financeiras) e o resultado da aplicação dos recursos que podem, ou não, ser considerados regulares em si mesmos. Só a tomada de contas especial relativa a cada convênio, a cada transferência é que poderá dizer de sua regularidade... e essa apuração cabe ao controle interno do Poder Executivo, sobre ela é que o Tribunal exercerá suas prerrogativas de Juiz. (...) 12. Feitas essas considerações, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a seguinte decisão: (...) III - determine a Corregedoria-Geral do Distrito Federal, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, que promova a auditoria individualizada de cada um dos processos citados na instrução de sorte a verificar a correta aplicação dos recursos transferidos, dando-lhe, para tanto, conhecimento integral da instrução e do Parecer do douto Ministério Público” (sublinhou-se).

Vide, a propósito, a Informação nº 33/2008 (edoc F171115ª; Processo nº 16093/2007): “(...) 18. Sem o propósito de contrariar a Decisão do Tribunal, observa-se, de uma análise superficial, que o Convênio Nº 002/2000 foi assinado em **26 de outubro de 2000** (...); no entanto, a título de prestação de contas, consta uma Nota Fiscal emitida em **31 de agosto de 2000**, no valor de R\$1.700,00 (...), o que indica que **o pagamento não foi realizado com recursos do Convênio em foco**, o que vai de encontro ao estabelecido na Cláusula Sétima (...). Além disso, o objeto do Convênio menciona que o Campeonato apoiado expirou em **10 de dezembro de 2000**. Contudo, compõe os autos Nota Fiscal emitida em **14 de dezembro de 2000**, referente à divulgação de mensagens institucionais da Federação Metropolitana de Futebol em programa de televisão, sem especificar quais os serviços e demais elementos comprobatórios (...). (...) 20. Dessa forma, entende-se que o Tribunal tem elementos informativos suficientes para determinar a conversão em TCE do Processo em foco, nos termos do art. 46 da LC Nº01/94, tendo em conta o valor envolvido (R\$100.000,00) e as irregularidades referidas nos parágrafos precedentes. (...)” (grifou-se).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

44. Nesse cenário, mesmo que se considere a causa interruptiva havida em **21/07/2004** (determinação à CGDF de realização de auditoria individualizada do Processo nº 220.000.492/2000; Decisão nº 3139/2004; edoc 5496E779; Processo nº 2663/2000), constata-se o transcurso de tempo superior a 5 (cinco) anos até a data de determinação de conversão dos autos em TCE, em 15/04/2010 (Decisão nº 1244/2010; edoc 29296139; Processo nº 16093/2007).

45. Para mais, cabe observar que a citação dos corresponsáveis solidários somente foi ultimada em **27/08/2010**³⁰, alongando o tempo transcorrido desde a primeira manifestação inequívoca do TCDF (**21/07/2004**):

- a) citação (art. 2º, inciso I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peça 2; fl. 1) da citação determinada pela Decisão nº 1244/2010 (edoc E8F20D8F; Processo nº 16093/2007): **19/04/2010**;
- b) citação (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pelo Sr. Luiz Antônio de Oliveira (Peça 5) da citação determinada pela Decisão nº 1244/2010 (edoc E8F20D8F; Processo nº 16093/2007): **18/06/2010**;
- c) citação (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães (Peça 6) da citação determinada pela Decisão nº 1244/2010 (edoc E8F20D8F; Processo nº 16093/2007): **19/07/2010**;
- d) citação (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pela Federação Brasiliense de Futebol (Peça 9) da citação determinada pela Decisão nº 1244/2010 (edoc E8F20D8F; Processo nº 16093/2007): **27/08/2010**.

46. A despeito disso, vê-se que, de **27/08/2010** até **13/02/2023** (conhecimento do Recurso de Revisão - Peças 248/255; Decisão nº 438/2023 - Peça 259), o processo transcorreu regularmente, sem que tenha sido constatado o decurso de prazo superior a 3 (três) entre as fases processuais, de modo a descaracterizar a prescrição intercorrente:

- a) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 479/2010 – GC/RCC (Peça 8): **24/08/2010**³¹;
- b) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa da Federação Brasiliense de Futebol (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 536/2010 – GC/RCC (Peça 11): **14/09/2010**³²;

³⁰ Toma-se, por referência, as datas que constam dos documentos disponibilizados no Sistema e-TCDF.

³¹ Data de ciência desconhecida.

³² Idem.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

- c) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 624/2010 – GC/RCC (Peça 15): **09/11/2010**³³;
- d) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 142/2011 – GC/RCC (Peça 20): **abril/2011**³⁴;
- e) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 586/2011 – GC/RCC (Peça 26): **25/08/2011**³⁵;
- f) prorrogação de prazo concedida para apresentação de defesa do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data do Despacho Singular nº 863/2011 – GC/RCC (Peça 28): **08/11/2011**³⁶;
- g) ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte do TCDF (art. 2º, II, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 5761/2012 (Peça 39), que tomou conhecimento das defesas apresentadas pelos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães, para, no mérito, considerá-las procedentes, e julgar, nos termos do art. 17, inciso II, da LC nº 1/1994, regulares, com ressalva, as contas especiais em apreço: **22/11/2012**;
- h) ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte do TCDF (art. 2º, II, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82), que deu provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo MPJTCDF (Peça 41), a fim de reformar o item II da Decisão nº 5761/2012 (Peça 39) e o Acórdão nº 340/2012 (Peça 40): **18/05/2015**;
- i) data de cientificação pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães (Peça 84) do teor da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82) (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): **24/06/2015**;
- j) data de cientificação pela Federação Brasiliense de Futebol (Peça 85) do teor da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82) (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): **24/06/2015**;
- k) data de cientificação, por meio de Aviso de Recebimento³⁷, pelo Sr. Luiz Antônio de Oliveira (Peça 89), do teor da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82) (artigo 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): **25/06/2015**;
- l) data de cientificação pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peça 86) do teor da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82) (art. 2º, I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): **29/06/2015**;

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ O pedido de prorrogação de prazo (Peça 101), protocolizado em 28/10/2015, confirma a ciência do teor da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

- m) a apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável (art. 3º, II, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de publicação da Decisão nº 4993/2015 (Peça 97), que tomou conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Weber de Azevedo Magalhães contra os termos da Decisão nº 1729/2015 (Peça 82), e, com fundamento no princípio da fungibilidade, conheceu do recurso como pedido de prorrogação de prazo para recurso, oportunizando aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães a manifestação no feito: **16/11/2015**;
- n) prorrogação de prazo concedida para apresentação de Recurso de Reconsideração do Sr. Herbert William de Oliveira Félix (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de ciência (Peça 117) do Despacho Singular nº 546/2015 – GCIM (Peça 106): **08/12/2015**;
- o) prorrogação de prazo concedida para apresentação de Recurso de Reconsideração do Sr. Luiz Antonio de Oliveira (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de ciência (Peça 118) do Despacho Singular nº 546/2015 – GCIM (Peça 106): **08/12/2015**;
- p) ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte do TCDF (art. 2º, II, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 1703/2017 (Peça 134), que negou provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos contra a Decisão nº 1729/2015 (Peça 82), e concedeu prazo aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e à Federação Brasileira de Futebol para, de forma solidária, procederem ao recolhimento do débito no valor de R\$ 278.693,24 (outubro/2016), em razão das irregularidades constatadas na Prestação de Contas do Convênio nº 02/2000: **05/05/2017**;
- q) decisão condenatória recorrível proferida pelo TCDF (art. 2º, III, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151), que julgou irregulares as contas dos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e da Federação Brasileira de Futebol, determinando a notificação dos responsáveis para comprovação do recolhimento do débito no valor de R\$ 305.094,86 (atualizado até 16.04.18): **04/06/2018**;
- r) notificação (artigo 2º, inciso I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pela Federação Brasileira de Futebol (Peça 161) da citação determinada pela Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **31/08/2018**;
- s) notificação (artigo 2º, inciso I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peça 160) da citação determinada pela Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **03/09/2018**;
- t) notificação (artigo 2º, inciso I, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de ciência pelo Sr. Weber Magalhães (Peça 162) da citação determinada pela Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **11/09/2018**;
- u) apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável (art. 3º, II, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de publicação da Decisão nº 4859/2018 (Peça 168), que tomou conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pela Federação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

de Futebol do Distrito Federal contra os termos da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **19/10/2018**;

- v) prorrogação de prazo concedida para apresentação de recurso (art. 3º, I, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de publicação da Decisão nº 1005/2019 (Peça 175), que concedeu ao Sr. Luiz Antônio de Oliveira prorrogação de prazo para apresentação de recurso em face da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **02/04/2019**;
- w) decisão condenatória recorrível proferida pelo TCDF (art. 2º, III, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 178/2020 (Peça 189), que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2228/2018 (Peça 151), restabelecendo seus efeitos: **14/02/2020**;
- x) ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte do TCDF (art. 2º, II, da DN nº 5/2021 – causa interruptiva): data de publicação da Decisão nº 3604/2020 (Peça 215), que noticiou o envio das documentações necessárias ao MPJTCDF e à PGDF, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães, e à Federação Brasileira de Futebol, pela Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **04/09/2020**;
- y) apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável (art. 3º, II, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de publicação da Decisão nº 1195/2021 (Peça 238), que tomou conhecimento da petição apresentada pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para, no mérito, negar-lhe provimento: **12/04/2021**;
- z) apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável (art. 3º, II, da DN nº 5/2021 – causa suspensiva): data de publicação da Decisão nº 438/2023 (Peça 259), que tomou conhecimento do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151): **06/03/2023**.

Conclusão

47. Diante dessas verificações, resta caracterizada, neste processo, a incidência da prescrição de ressarcimento ao erário, em face do decurso de lapso temporal superior a 5 (cinco) anos, entre a data de início da contagem do prazo prescricional (**27/02/2004**) e a determinação de conversão do feito em TCE (**15/04/2010**).

48. Essa constatação alcança não apenas o débito imputado ao Recorrente, Sr. Herbert William de Oliveira Félix, mas também os demais corresponsáveis solidários, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e a Federação Brasileira de Futebol, à luz das disposições do artigo 127 do RI/TCDF³⁸.

³⁸ Art. 127. Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, a defesa apresentada por um deles aproveitará a todos, mesmo ao revel, no que concerne às circunstâncias objetivas, e não aproveitará no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE RECURSOS

49. Em sendo essa a causa de pedir deduzida pelo Recorrente, há que se dar provimento ao Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255), em virtude dos itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (Peça 152), afastando seus efeitos.

50. Consequentemente, da decisão que vier a ser prolatada devem ser cientificados o Recorrente, Sr. Herbert William de Oliveira Félix, e os demais responsáveis solidários, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e a Federação Brasiliense de Futebol.

51. Diante disso, devem ser cientificados o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - MPJTCDF e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF a respeito da desconstituição do título executivo extrajudicial consubstanciado no Acórdão nº 129/2018 (Peça 152).

Sugestões

52. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação nº 190/2023 - NUREC;
- II. no mérito, dar provimento do recurso, para reconhecer a ocorrência da prescrição de ressarcimento ao erário, na forma da Decisão Normativa nº 5/2021, com as alterações introduzidas pela de nº 1/2024, desconstituindo a cobrança do débito imputado ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255) em virtude dos itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (Peça 152);
- III. com fundamento no artigo 127 do RI/TCDF, estender os efeitos da prescrição aos demais corresponsáveis, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e a Federação Brasiliense de Futebol;
- IV. cientificar o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - MPJTCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF a respeito da desconstituição do título executivo extrajudicial consubstanciado no Acórdão nº 129/2018 (Peça 152);
- V. autorizar o:
 - a. conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Recorrente, Sr. Herbert William de Oliveira Félix, aos Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol;
 - b. envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
 - c. retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada e posterior arquivamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE RECURSOS

À consideração superior.

Assinatura Eletrônica

Renato Alves da Cruz

Auditor de Controle Externo